

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.219 - RJ (2019/0039749-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADO : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO E OUTRO(S) - RJ081852
AGRAVADO : CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ITUVERAVA
ADVOGADOS : LUIZ GUILHERME MACHADO ALVES - RJ084554
MARCELO LESNICZKI MARTINS DE CAMPOS FERREIRA - RJ095244

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. PREPARO RECURSAL. NÃO COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO, NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. INTIMAÇÃO PARA REALIZAR O RECOLHIMENTO, EM DOBRO. ART. 1.007, § 4º, DO CPC/2015. NÚMERO DO PROCESSO DE ORIGEM NA GRU. INDICAÇÃO INCORRETA. DESERÇÃO. SÚMULA 187/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. No caso, inicialmente, constatou-se a irregularidade na comprovação do preparo, uma vez que a petição de Recurso Especial fora protocolada, na origem, sem o comprovante de pagamento das custas, apesar de presente a guia de recolhimento.

III. A parte recorrente fora intimada para realizar, no prazo de 5 (cinco) dias, o recolhimento, em dobro, do preparo, sob pena de não conhecimento do recurso, nos termos do § 4º do art. 1.007 do CPC/2015. Todavia, permaneceu o vício, quanto à regularização do preparo, uma vez que, ao efetuar o novo recolhimento, a agravante fez a indicação errônea, na guia de recolhimento das custas devidas ao STJ, do número do processo, na origem.

IV. Não tendo sido cumprida a determinação de regularização do preparo, deve ser considerado deserto o Recurso Especial. Incidência da Súmula 187/STJ. Precedentes do STJ: AgInt nos EDcl no AREsp 1.252.344/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 12/09/2019; AgInt no REsp 1.796.899/AM, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 06/09/2019; AgInt no RMS 56.546/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/04/2019; AgInt no REsp 1.707.746/SE, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (Desembargador convocado do TRF/5ª Região), QUARTA TURMA, DJe de 10/09/2018; AgInt nos EDcl no AREsp 1.177.119/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/06/2018; AgInt no AREsp 1.116.660/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/04/2018.

V. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

